



Número: **0816838-14.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **10/07/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|--|--------------------|---|----------|
| MARCOS ANDRE PEREIRA CARDOSO (AUTOR) | | JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU) | | EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO) | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 20525759 | 30/09/2021 08:23 | Sentença | Sentença |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0816838-14.2019.8.18.0140
CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [Seguro]
AUTOR: MARCOS ANDRE PEREIRA CARDOSO
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT (ID 5607574 - DOCUMENTO COMPROBATÓRIO).

A parte autora alega ter sofrido acidente automotivo em 13 de abril do ano de 2018, que lhe causara fratura na região do MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (FÊMUR). Afirma que a ré se negou a pagar qualquer valor administrativamente. Requereu a condenação da requerida no importe de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Gratuidade da justiça deferida em favor da parte autora (ID 8526824 - Despacho).

Contestação da requerida (ID 9804400 - CONTESTAÇÃO). Afirma que o autor já foi indenizado em 25% do membro inferior esquerdo (R\$ 2.362,50) em sinistro anterior 2011018778, administrativamente. Afirma, ainda, que o autor recebeu complementação judicial da indenização em 30/11/2011, onde houve liberação de pagamento para cumprimento da obrigação, no valor de R\$ 7.379,97, referente ao membro inferior esquerdo, perfazendo o total de R\$ 9.742,47 de indenização, que corresponde a 100% deste membro. Juntou documentos.

Laudo pericial (ID 16537796 - Laudo Pericial).

Manifestação do réu sobre o laudo pericial (ID 16363976 - Petição). Afirma que o laudo não se manifestou sobre a matéria aventada em contestação, afirmando inexistir prova de agravamento da lesão preexistente.

Manifestação da parte autora (ID 16824990 – MANIFESTAÇÃO).

Certidão da secretaria de juntada do comprovante de transferência dos honorários periciais ao perito nomeado (ID 16987331 - Certidão).

É o relato. Decido:

MÉRITO

Quanto ao direito do(a) autor(a) ao prêmio do seguro DPVAT, há de se fazer as seguintes considerações.

Segundo a Lei nº 6.194/1974 (*in litteris*):

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - **até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;** e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado

o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

(...)

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a **verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.** (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

Art. 12. **O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei.**”

Registre-se estar pacificada a litude de pagamento proporcional ao dano sofrido. Veja-se:

Sumula 474 do STJ - A indenização do seguro DPvat, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Assim, tratando-se de invalidez permanente total ou morte, é devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), *in totum* (Lei nº 6.194/1974, art. 3º, incisos I e II), não podendo ato infralegal dispor de forma contrária, ante o princípio da hierarquia das normas.

Diferente, contudo, é o caso de invalidez permanente parcial, pois neste, não há conflito com norma legal, mas autorização prevista nos incisos I e II do § 1º do art. 3º e art. 12 da Lei nº 6.194/1974 e, principalmente, na tabela em anexo à referida lei fixando os patamares indenizatórios proporcionais ao grau de incapacidade permanente.

O pagamento proporcional do seguro DPVAT, outrossim, não é inconstitucional, pois é harmônico com os princípios da isonomia, proporcionalidade e razoabilidade. Atentatório contra a dignidade humana seria o não pagamento de qualquer valor a título de seguro obrigatório.

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº. 1.119.614/RS (4ª Turma) de um

caso em que as sequelas de uma vítima de acidente de trânsito, embora leves, eram de caráter permanente, firmou o entendimento no sentido de ser cabível a indenização do seguro DPVAT, proporcionalmente ao grau das lesões (possibilidade de pagamento proporcional e quantificado da indenização) uma vez que a lei que disciplina o pagamento do seguro DPVAT, ao falar em quantificação de lesões físicas ou psíquicas permanente a ser feita pelo Instituto Médico Legal (art. 5º, § 5º da Lei nº 6.194/1974) dá sentido à possibilidade de estabelecer percentuais em relação ao valor integral da indenização, ressaltando-se, ainda, que caso fosse sempre devido o valor integral, independentemente da extensão da lesão e do grau de invalidez, não haveria sentido em a lei exigir a quantificação das lesões.

No caso concreto, extrai-se do laudo do perito judicial que **não houve perda funcional total** de membro (ID 16537796 - Laudo Pericial). Assim, tem-se a hipótese de invalidez parcial incompleta, prevista no art. 3º, §1º, inciso II, da Lei nº 6.194/1974.

A invalidez parcial completa, prevista no inciso I do referido dispositivo legal, é aquela em que há a perda anatômica ou funcional completa de membro, **não sendo este o caso dos autos.**

Conforme documento de ID nº 9804403, páginas 8 a 11, observa-se que o acidente sofrido pelo autor da ação em 08/02/2010 lesionara este em membro novamente sequelado pelo acidente objeto desta ação, ocorrido em 13/04/2018, a saber, **o membro inferior esquerdo**. Insta destacar que a primeira sequela resultou numa primeira ação judicial, processo nº 001.2011.019.847-8, no Juizado Especial Cível da Zona Norte 2 – Sede Buenos Aires.

Segundo laudo pericial elaborado pelo perito nomeado por este juízo (ID 16537796 - Laudo Pericial), reconheceu-se que o autor sofrera uma invalidez parcial incompleta **em seu membro inferior esquerdo, o mesmo membro que já era sequelado pelo primeiro acidente.**

Ocorre que o autor já recebeu, em relação à primeira lesão, o valor máximo da indenização devida a título de seguro DPVAT (cf. ID nº ID nº 9804403, páginas 8 a 11), o que implica concluir que o grau de lesão sofrido na primeira ocasião fora máximo, ou seja, o correspondente ao de uma invalidez parcial completa do membro inferior esquerdo, cujo valor indenizatório é de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais). A perícia judicial, todavia, concluiu que a lesão do autor, posterior àquela que resultara em indenização máxima, **foi causadora apenas de uma invalidez parcial incompleta no membro inferior esquerdo quantificada como de intensidade média.**

Assim, segundo o laudo pericial, e sem considerar a lesão preexistente, o valor da indenização que seria devida ao autor seria calculado da seguinte forma: inicialmente, tomando-se o percentual referente a 70% (membro inferior esquerdo) do valor de R\$ 13.500,00 (máximo da indenização devida por invalidez) chegando-se, então, a R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), que sofrendo a redução proporcional da indenização para o caso de invalidez permanente parcial incompleta, correspondente a 50% (perda de repercussão média) da indenização, chegar-se-ia ao valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). Uma vez que o autor já recebeu, **referente ao membro inferior esquerdo**, indenização no valor **máximo** previsto na Lei nº 6.194/1974, em razão de lesão preexistente reconhecida e indenizada no processo de 001.2011.019.847-8, no Juizado Especial

Cível da Zona Norte 2 – Sede Buenos Aires, não há mais indenização a ser paga **referente ao membro já indenizado**, é dizer, **não há nova invalidez sobre aquilo que já era previamente inválido (100%)**.

Veja-se, nesse sentido:

AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT - AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ - **LESÃO PREEXISTENTE JÁ INDENIZADA - INDENIZAÇÃO INDEVIDA. É indevida a indenização do seguro DPVAT, quando a Seguradora logrou êxito em comprovar que a lesão preexistente já havia sido indenizada em sinistro anterior.** (TJMG - Apelação Cível 1.0000.20.005428-6/001, Relator(a): Des.(a) Estevão Lucchesi , 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 23/04/2020, publicação da súmula em 23/04/2020)

Não se provou, outrossim, lesão sobre membros diversos daquele já inválido e já indenizado.

DISPOSITIVO

Ex positis, **JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO DO(A) AUTOR(A), EXTINGUINDO A AÇÃO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO (ART. 487, I DO CPC).**

Condeno o autor nas custas processuais (incluído os honorários periciais) e nos honorários advocatícios, estes últimos no percentual de 10% (dez por cento) do valor da causa. A condenação fica submetida à condição suspensiva de exigibilidade, nos termos do art. 98, §3º, do CPC, em razão da anterior concessão de gratuidade da justiça (ID 8526824 - Despacho).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Teresina (PI), datado eletronicamente.

Juiz ANTÔNIO SOARES DOS SANTOS

Titular da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina

